

COMO TRANSFORMAR UMA TORRADEIRA EM UM SATÉLITE? Remontando medidas e desmedidas da trajetória da política editorial do Instituto Federal de Roraima

HOW TO TURN A TOASTER INTO A SATELLITE? Retracing the Measures and Excesses of the Editorial Policy Trajectory at the Federal Institute of Roraima

Amarildo Ferreira Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/Reitoria/CBVZO
amarildo.junior@ifrr.edu.br

RESUMO

Neste ensaio, abordo alguns aspectos para realizar uma remontagem reflexiva da trajetória de constituição da política editorial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Oriundo de um texto elaborado para a posse do Conselho Editorial do IFRR, biênio 2024-2026, o ensaio objetiva refletir sobre os papéis das práticas, diretrizes e políticas editoriais no programa de educação, ciência e tecnologia que os institutos federais apresentam ao País e sobre as perspectivas que o IFRR vislumbra para incorporá-los à sua atuação. Para tanto, recorro à sistematização de dados coletados em documentos e páginas públicas e na interlocução com diferentes sujeitos em diferentes espaços de produção e discussão de ciência e tecnologia em Roraima. Fazendo uso de abordagens teóricas interdisciplinares e heterodoxas, dividi o ensaio em três partes. Na primeira, apresento as questões que ensejaram esta reflexão e o contexto histórico mais amplo da temática abordada. Na segunda, detenho-me na descrição histórica da constituição de bens, capitais e de um corpo editorial no IFRR. Por fim, na terceira, dedico-me a lançar linhas acerca de como tomar as medidas e as desmedidas do quadro estabelecido pelas duas partes anteriores para que nossas práticas, diretrizes e políticas editoriais se posicionem, conseqüentemente, diante dos constrangimentos que as concepções reducionistas de empreendedorismo, inovação e tecnologia engendram e sejam espaços a partir dos quais possamos discutir outras possibilidades de moldarmos as realidades sociais e de vivermos “entre-diversas-realidades”.

PALAVRAS-CHAVE:

Campo editorial. Ciência. História das instituições. Inovação. Tecnologia

ABSTRACT

In this essay, I address key aspects of the editorial policy development process at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Roraima (IFRR). Drawing on a text prepared for the inauguration of the IFRR Editorial Board (2024-2026 biennium), I reflect on the roles of editorial practices, guidelines, and policies within the education, science, and technology programs offered by federal institutes nationwide, as well

as IFRR's envisioned strategies for integrating them into its operations. To this end, I systematize data gathered from documents, public platforms, and dialogues with diverse stakeholders across Roraima's science and technology production and discourse spaces. Grounded in interdisciplinary and heterodox theoretical frameworks, the essay is structured in three parts. First, I outline the motivations for this reflection and the broader historical context of the topic. Next, I provide a historical analysis of the development of assets, capital, and the editorial board at IFRR. Lastly, I propose guidelines for aligning practices, policies, and decision-making within the framework established earlier, ensuring they counter reductionist conceptions of entrepreneurship, innovation, and technology while fostering spaces to explore alternative possibilities for shaping social realities and existing "in-between-diverse-realities".

KEY-WORDS:

Editorial field. Science. History of institutions. Innovation. Technology.

I

Quais papéis as práticas, diretrizes e políticas editoriais assumem no programa de educação, ciência e tecnologia que os institutos federais apresentam ao País? Quais perspectivas o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vislumbra para a incorporação desses papéis em sua atuação? Neste ensaio, apresento uma intervenção que discute essas questões sem buscar fechá-las. Diante da “absurdidade-da-história” (Athayde, 2024), talvez esta seja uma profícua disposição intelectual, elemento de fundamental importância ao dialogarmos acerca da trajetória de constituição da política editorial do IFRR e da consequente posse do seu Conselho Editorial, biênio 2024-2026¹.

Trata-se de um discurso de abertura de caminhos no mundo e em um espaço social em que a leitura e a produção editorial estão aquém do necessário, como é o caso dos territórios atualmente ocupados pelo Estado de Roraima. Configura-se como a enunciação da necessidade de se colocar caminho sobre caminho, soltando algumas questões no mundo para interpellá-las nas encruzilhadas do porvir de nossas práticas, diretrizes e políticas editoriais.

A “absurdidade-da-história” de que falamos não trata, por exemplo, do “absurdo” que seria alguém imaginar como lançar à órbita terrestre um satélite caseiro feito a partir de uma torradeira ou buscar neste texto a receita para fazê-lo, mesmo que a pergunta do título *nonsensamente* sugira que algo assim será apresentado. Engenharia reversa e papel alumínio, e fita isolante, e conhecimentos de arduino, e aparelhamento da burocracia à homogeneização da inovação e da tecnologia ao solucionismo não permitem lograr esse feito, ventura para a qual não basta nem a força da vontade, nem a vontade da força². De

¹ O presente ensaio é uma versão revista e ampliada da palestra “O percurso editorial do IFRR: constituição da política e a formação do conselho”, proferida na Cerimônia de Posse do Conselho Editorial do Instituto Federal de Roraima (IFRR), em 30 de setembro de 2024.

² Segundo Evgeny Morozov (2018), o solucionismo consiste na adoção de definições muito estritas dos problemas sociais, encaixando-os nos eixos rentáveis das “soluções” que, de algum modo, virão da próxima inovação ou *startup*, da sonhada aplicação disruptiva de um *business model canvas* ou do uso daquele *design thinking* que finalmente permitirá criar o novo oceano azul a ser explorado. Essa fantasia “muskiana” é nociva porque enxerga as tecnologias como um fenômeno universal, unidirecional e objetivo, e oculta o fato de que apresentar “soluções” não raro é apenas isto: a apresentação de “uma solução” carente de imaginação política e institucional para formular os problemas sociais visando a transformações sociais efetivas. Todavia, a negação do solucionismo não deve ser lida como a rejeição das tecnologias e inovações. Rejeitar, política e socialmente,

certo modo, imaginar uma torradeira dando voltas ao redor do planeta pode ser mais divertido (e lucrativo) do que pensar na desestabilização temporal e social que determinados acontecimentos são capazes de provocar (Atahyde, 2024).

Englobada pelo “absurdo” — sentimento, experiência e fenômeno que caracteriza a desmedida da condição humana e de seu divórcio metafísico e ontológico —, a “absurdidade-da-história” vigora na condição humana concernente ao sentimento e fenômeno que fomentam “contraditoriedades e ausências de sentido que, por sua vez, potencializam os divórcios no plano da experiência humana do mundo e da história” (Atahyde, 2024, p. 77). A condição humana é — nos limites estreitos da cosmologia da mercadoria — o próprio absurdo.

Recorro ao absurdismo camusiano para produzir um rascunho de remontagem da trajetória da política editorial do IFRR e para expor algumas de suas potencialidades de posituação de sentidos ao incorporar conhecimentos, enunciações, inovações, narrativas, reiteraões, saberes, sensibilidades e tecnologias locais. Interessa-me explorar as brechas tensionadas entre a política formal e a prática cotidiana, dirigir-me às beiras, rugosidades e subjetividades que permitam a constituição de um campo editorial que contribua para a liberdade social e, por conseguinte, para “moldar realidades sociais inteiramente novas” ou “alternar entre diversas realidades sociais” (Graeber; Wengrow, 2022, p. 532).

No ano de 2024, o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, exarado pelo presidente Nilo Peçanha (1867-1924), completou 115 anos de publicação. Esse decreto criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, as quais foram destinadas a “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual”, bem como “fazer-os adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909, s. p.).

Considerado o marco a partir do qual se irá se desenvolver a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, esse decreto é também tomado como o ato que redundará na constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída em 2008. Datas mais ou menos fechadas, como os 115 anos do Decreto n.º 7.566 ou os 18 anos da Revista Norte Científico, e cerimônias de posse, como a que ensejou este texto, são propícias para nos debruçarmos no exercício de compreensão e crítica dos fatos recordados e celebrados, e de nossas perspectivas. Afinal, origens... para que as quero? (Cavalcanti, 1986).

Esse exercício conjuga três movimentos importantes relacionados à reflexão e análise acerca da origem do fato ou fenômeno rememorado ou de nossas perspectivas em relação ao que inicia; à reflexão crítica de seu desenvolvimento; e à experiência de elaboração de considerações sobre o porvir daquilo sobre o que se reflete. Resultam de nossa necessidade de forjar e operacionalizar noções de tempo associadas a diversos marcadores político-sociais.

Embora não seja um discurso sobre os 115 anos da Rede Federal, este ensaio está alinhado ao exercício assinalado porque a posse do Conselho Editorial do IFRR sofre efeitos conjunturais dessa realidade. Em 1909, os territórios atualmente ocupados pelo Estado do Brasil entravam em sua terceira década de pós-abolição oficial da Escravatura. Os filhos dos desfavorecidos da fortuna de que trata o Decreto n.º 7.566 são também filhos do absurdo

as antenas, os roteadores, os cabos, os satélites de órbita baixa e todos esses modelos “elônicos” de inovação e solução tecnológica é precedido, em minha discussão, pelo reconhecimento das possibilidades de construção de outros mundos e outras histórias para as inovações e tecnologias e para a imaginação e a reivindicação de outras inovações, outras tecnologias, outros mundos, outras histórias.

regime que foi o tráfico e a escravização de africanos, indígenas e seus descendentes por quase quatro séculos.

Em virtude disso, não convém ignorar ou esquecer que a instituição da qual fazemos parte, e que tem celebrado importantes momentos em sua história recente, juntou-se ao contexto dessas instituições que foram criadas para os condenados da terra, isto é, para os sujeitos e sujeitas que, por não possuírem mais que a própria prole, também podem ser chamados de classes proletárias.

II

No contexto de 115 anos da Rede Federal, a discussão acerca do papel de suas instituições na sociedade brasileira e dos limites e desafios estruturais e conjunturais que enfrentam tende a emergir. As perguntas colocadas no início deste ensaio podem ser o mote a ser assumido pelas conselheiras e conselheiros editoriais do IFRR em seus dois primeiros anos de atuação.

Certa vez, o poeta Waly Salomão (1943-2003) disse:

Sonho com um povo mais bem alimentado, letrado, gostando de livro, mas sem estar oprimido pela leitura. Sonho com o Brasil, nesta gestão Lula, assumindo sua face original e diversificada perante o mundo. O livro pode ajudar nisso. Minha meta é transformar o livro numa carta de alforria. (Salomão, 2003, s. p., apud Schleder, 2004, s. p.).

Waly Salomão fez essa declaração quando, por alguns meses, foi Secretário Nacional do Livro e Leitura no Ministério da Cultura, à época conduzido por Gilberto Gil, tendo como uma de suas propostas a inclusão do livro como um dos itens da cesta básica brasileira³. Não é somente com o bem livro, em seus diferentes formatos, que o Conselho Editorial da instituição irá lidar.

Ao estabelecer quatro linhas editoriais (acadêmico-científica, didático-pedagógica, literária e artística), que “se constituem em determinadas extensões para edição, publicação e divulgação da produção organizada, mantendo o compromisso institucional de aproximação com os diversos segmentos da sociedade”, essa política engloba diferentes bens editoriais, tais como anais de eventos, artigos científicos e técnico-científicos, cadernos temáticos, cartilhas, catálogos, comunicações científicas, dissertações, ensaios, livros, manuais, monografias, notas técnicas, revisões de literatura, resenhas críticas, os quais podem ser organizados em coleções, selos e subtelos (IFRR, 2023, s. p.).

Contudo, provavelmente o bem editorial livro será uma questão central em sua atuação, uma vez que, ele tem sido um bem simbólico agenciado nos últimos anos no avançar da elaboração do desenho e na concretude do que estabelecemos como política editorial institucional. Isso nos trará muitos desafios, em virtude de nosso campo editorial ainda ser muitíssimo incipiente. Se, ao considerarmos um eventual Campo Editorial em Roraima, pensarmos somente nos agentes do tipo “editoras”, no momento, ocorrem-me os seguintes nomes: a Editora da Universidade Federal de Roraima (Editora UFRR); a UERR Edições, vinculada à Universidade Estadual de Roraima (Uerr); a Editora IOLE; a Wei

³ Gilberto Gil foi Ministro da Cultura de 2003 a 2008, durante os dois primeiros mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). A declaração de Waly Salomão foi dada em uma entrevista a Heloísa Teixeira (1939-2025) publicada no Jornal do Brasil três meses antes de sua morte.

Editora⁴; o Grupo Editorial Educação, Ciência e Tecnologia (Educitec); e o selo IMENUKA – Edições do IFRR, criado para atuar como editora institucional.

É importante ressaltar que, ao discutirmos um Campo Editorial, outros agentes, como escritores, diagramadores, revisores, livreiros, coletivos, agrupamentos formalmente constituídos (por exemplo, a Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia, Alaca, a Academia Roraimense de Letras, ARL, e a União Brasileira dos Escritores de Roraima, UBE-RR), entre outros, todos devem ser considerados, além de verificadas suas relações entre si e externamente ao campo.

Se partirmos das editoras enumeradas, podemos verificar, por exemplo, que há um baixíssimo relacionamento institucionalizado com entidades nacionais e internacionais de representação. No tempo que dispusemos para a elaboração deste texto, pudemos apurar que a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu) possui, em seu quadro de associadas, a UERR Edições e a EDUFRR, enquanto a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) possui, entre seus membros, o IFRR e a UERR Edições. Outras entidades nacionais, como a Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL), a Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros), a Câmara Brasileira do Livro (CBL), a Liga Brasileira de Editoras (Libre) e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) não possuem nenhuma instituição de Roraima associada. No âmbito internacional, somente a EDUFRR possui relação institucionalizada com a Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (Eulac).

Se considerarmos mais um tipo de agente desse campo social, as livrarias, podemos verificar que uma entidade nacional como a Associação Nacional de Livrarias (ANL) não possui nenhuma associada de Roraima. Analisar essa situação, em conjunto com dados das pesquisas “Retratos da Leitura no Brasil”, “Cultura nas Capitais” e “Produção e vendas do setor editorial brasileiro”, nos traz importantes informações para dimensionar a importância, os desafios e as possibilidades para uma atuação orientada à constituição e consolidação desse campo de relações em Roraima. Segundo a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, é preocupante a redução de convívio com livros entre crianças de 5 a 10 anos de idade, junto com a perda de cerca de 7 milhões de leitores no País nos últimos cinco anos, considerando-se como leitor “aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos 3 meses” (IPL, 2024, p. 14).

Por sua vez, a pesquisa “Cultura nas Capitais” indica que 44% dos entrevistados em Boa Vista (Roraima) tiveram acesso a livros nos doze meses anteriores à pesquisa, enquanto 33% responderam que nunca tiveram acesso a esse bem, o que indica um resultado negativo se comparado com a média nacional, que apresentou 62% e 13%, respectivamente (JLeiva Cultura & Esporte, 2025). Por outro lado, na dimensão comercial do setor editorial brasileiro, no ano de 2024 houve crescimento real de 0,2% no faturamento e aumento de 2,2% das livrarias entre os canais de distribuição, com considerável aumento de determinados subsetores, como obras religiosas, que representam 29,5% dos exemplares vendidos no País, e conteúdo digital, que teve alta nominal de 21,6% no faturamento,

⁴ Apresentando-se como primeira editora independente de Roraima, a Wei Editora publica autores indígenas e obras bilíngues e foi finalista na categoria poesia do Prêmio Jabuti de 2023, com o livro “Weiyamî: mulheres que fazem sol”, de Sony Ferseck, também conhecida como Wei Paasi, escritora e editora indígena macuxi, cofundadora da Wei Editora. O Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), é considerado o mais tradicional prêmio literário do Brasil. Criado em 1959, esse prêmio “reconhece e premia obras publicadas no Brasil, escritas em língua portuguesa, por autores brasileiros, naturalizados ou estrangeiros com residência fixa no país” (CBL, 2025).

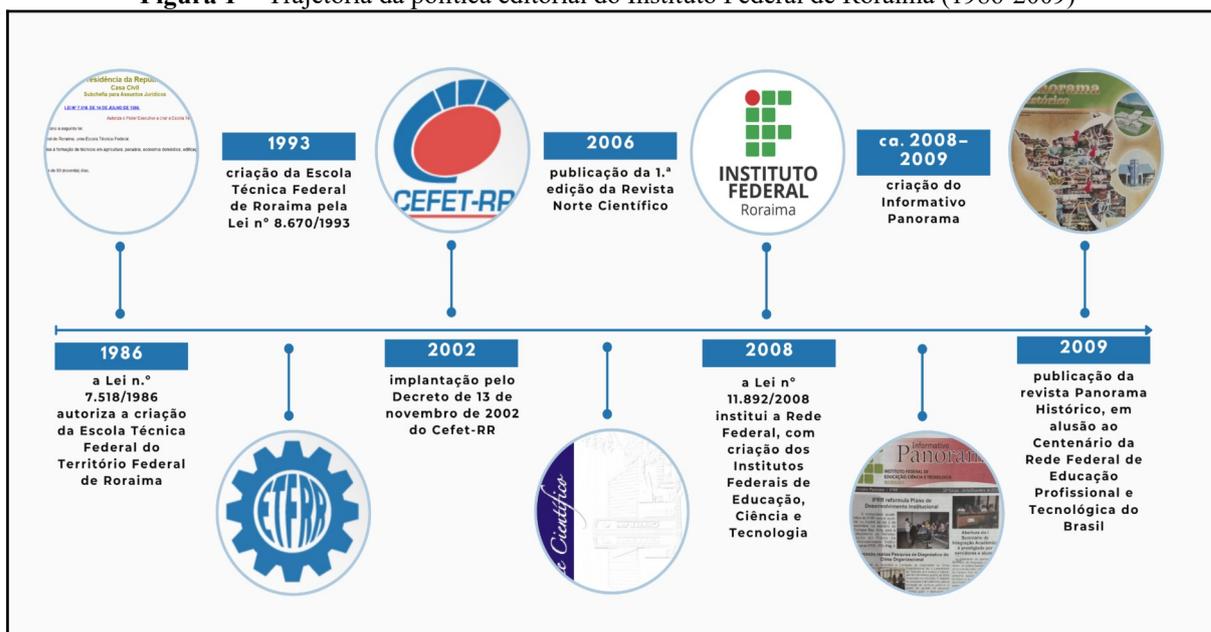
impulsionado por bibliotecas virtuais e plataformas educacionais (Nielseniq Bookdata Brasil, 2025).

Esses dados evidenciam as reduções atuais no contingente de leitores no Brasil, com indicação de um horizonte decrescente pelos próximos anos caso não sejam tomadas medidas profundas, além do estreitamento de diferentes dimensões da diversidade de práticas e modos de existência, concepção, desenvolvimento e uso dos bens editoriais e de suas tecnologias, com distintos efeitos nas diversas culturas e contextos locais, bem como na autonomia literária e pedagógica dos diferentes públicos que produzem, distribuem e usam esses bens. Aparentemente contraditórios, os dados da melhoria comercial do setor indicam o desenraizamento do mercado em relação a outras dimensões da vida social e cultural do País.

Esse cenário se aproxima da discussão de Aldenor da Silva Pimentel (2024) na análise do que chamou de sistema literário de Roraima. Compreendido a partir da tradição teórica do sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1918-2017), um sistema literário “dependeria da existência do triângulo ‘autor-obra-público’, em interação dinâmica, e de certa continuidade da tradição” (Pimentel, 2024, p. 25). Segundo Pimentel (2024), é possível constatar que existe um sistema literário de Roraima em fase de configuração e com público incipiente, apesar do relativo aumento do contingente de escritores, do volume de obras e da interação entre esses agentes e bens editoriais.

Detenhamo-nos um pouco na trajetória que nos trouxe à aprovação da política editorial do IFRR, sem temer o risco de incorrer em eventuais omissões, uma vez que nossas práticas editoriais merecem um estudo mais sistemático e aprofundado do que o breve levantamento que ofereço. Apesar de a instituição comemorar oficialmente seus aniversários em referência à Lei n.º 8.670, de 30 de junho de 1993, que criou a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), defendo considerarmos a história social de criação da Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima (Lei n.º 7.518, de 14 de julho de 1986) na remontagem do que hoje é o IFRR (figura 1). Com isso, ampliamos o escopo social, político e econômico da discussão e reconhecemos especificidades e memórias que talvez estejam reprimidas em nome de algo ainda a ser mais bem estudado no âmbito interno e na relação com a sociedade roraimense, com as demais instituições da Rede Federal e com o País.

Figura 1 – Trajetória da política editorial do Instituto Federal de Roraima (1986-2009)



Fonte: material elaborado pelo autor (2025)

Com a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), em novembro de 2002, foi instituída a Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição, que visava ao fortalecimento da produção científica e tecnológica por meio de pesquisa básica e aplicada, em especial no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, primeira graduação ofertada pela instituição, e nos programas institucionais de pesquisa criados. Em consequência disso, o Cefet-RR constitui um setor responsável pela organização e sistematização das produções oriundas dessas ações, o qual, conforme consultas realizadas aos elementos pré-textuais de edições da Revista Norte Científico, existirá, pelo menos desde 2009, na condição de uma Coordenação de Produção e Publicações Científicas e Tecnológicas, e, segundo Joelma Fernandes de Oliveira, Leila Marcia Ghedin e Silvana Menezes da Silva (2024), remonta à criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica (Nupet), na Diretoria de Extensão do *Campus Boa Vista*, em 2004.

Segundo essas mesmas autoras, têm início, em 2005, tratativas para a criação da *Revista Norte Científico*, periódico técnico-científico cuja finalidade é divulgar trabalhos inéditos nas diversas áreas do conhecimento, com ênfase nos eixos tecnológicos institucionais. Sua primeira edição foi publicada em 2006, quatro anos depois da implantação do Cefet-RR. Embora a criação do periódico indique o avanço institucional nas dimensões da ciência e tecnologia, buscando fomentar o “registro das experiências e do processo investigativo de produção, sistematização e divulgação do conhecimento” (Silva, 2006, s.p), são evidentes, desde aquele momento, algumas das dificuldades nas ações de incentivo e apoio, além de investimento, ao desenvolvimento editorial da instituição.

Essas dificuldades estariam relacionadas à falta de definição de recursos específicos no orçamento da instituição, às limitações quantitativas de seu quadro de pessoal administrativo e docente e a demandas técnico-pedagógicas implicadas na atuação científica desse mesmo quadro de pessoal (Silva, 2006). Se algumas delas persistiram, novos desafios advieram, os quais estão relacionados tanto à complexificação das atividades de ciência e tecnologia e da configuração institucional após a implantação do Instituto Federal de

Roraima, em 2008, quanto ao contexto econômico, político e social do País, o que conta, entre outras questões, com a consolidação de um regime de austeridade neoliberal como sacramento governamental, com a ascensão pública de formas políticas fascistas com a chegada à Presidência da República de Jair Bolsonaro (Partido Liberal – PL) e suas coalizões de pilhagem (Fonseca *et al*, 2023), e uma recentíssima e longa pandemia.

Embora avanços tenham ocorrido em relação às práticas editoriais no IFRR, a complexidade de desafios teve certo refreio a um ritmo que talvez pudesse ter sido um pouco mais intenso. A instituição continuou com sua produção editorial, com a Revista Norte Científico à frente, publicando anualmente suas edições. Entre 2008 e 2009, o IFRR criou o *Informativo Panorama*, composto por notícias institucionais e artigos escritos por alguns de seus servidores, o qual foi publicado até o momento em que a instituição passou a utilizar somente a página institucional e as plataformas de redes sociais para publicação de suas notícias⁵.

Segundo o expediente do número mais antigo dessa publicação a que tive acesso, a *Edição Especial – Retrospectiva 2010*, que teve tiragem de 2 mil exemplares, estiveram envolvidos em sua produção as servidoras Andrezza de Castro Lima (coordenadora de Comunicação Social do *Campus Amajari*), Mayara Albuquerque (redação) e Virgínia Albuquerque (jornalista responsável e redação) e os servidores Arnóbio F. da Nóbrega (coordenador de Comunicação Social do *Campus Novo Paraíso*), Erick Constantino Vieira (fotografia) e Rogis Mauro B. Feitosa (diagramação e Direção-Geral do *Campus Boa Vista*).

Também em 2009, foi publicada a revista *Panorama Histórico, Edição Comemorativa Aluziva* (sic) *ao Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil*. Acompanhada de um encarte especial com um documentário, a publicação teve tiragem de 7 mil exemplares e foi composta por textos e imagens que refletem a história institucional. Oito anos depois, foi publicado o primeiro número do periódico *Anais do Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR* (Forint), referente aos trabalhos apresentados no evento de 2013, e, em 2019, disponibilizada a primeira edição da *Revista de Empreendedorismo & Inovação IFRR* (Remi), voltada à publicação de trabalhos oriundos da Semana de Empreendedorismo e Inovação (Semei).

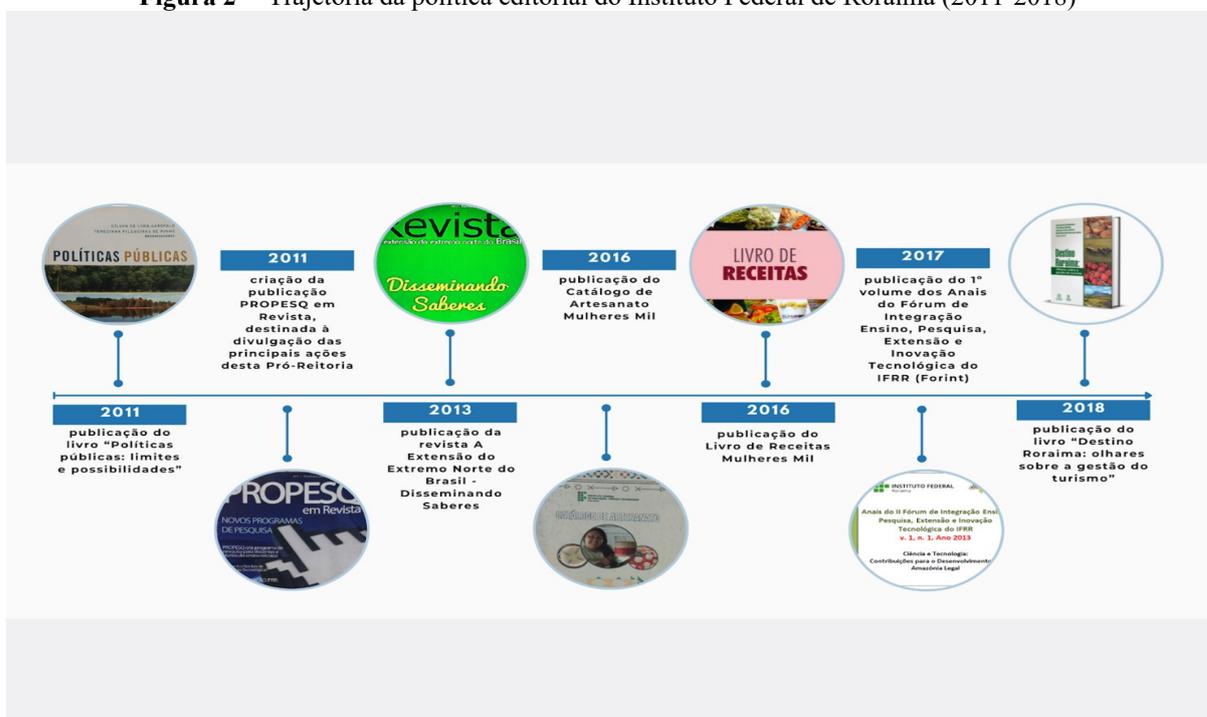
Em 2018, o campo do turismo, mais uma vez, terá grande relevância institucional com a publicação do livro *Destino Roraima: olhares sobre a gestão do turismo*, organizado por Leila de Sena Cavalcante, Leila Márcia Ghedin, Luciana de Souza Vitória e Roseli Bernardo Silva dos Santos, que é considerado como o primeiro produzido pela instituição e que congrega capítulos escritos por docentes e discentes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis. Porém, no ano de 2011, já havia sido publicado, também como resultado de uma especialização (Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública), o livro *Políticas públicas: limites e possibilidades*, organizado por Gilson de Lima Garófalo e Terezinha Filgueiras de Pinho. Ambas as obras se caracterizam por terem sido organizadas e escritas

⁵ Agradeço especialmente à jornalista Virgínia Albuquerque o repasse de informações relacionadas a essas publicações. Segundo a servidora, os arquivos desses informativos possivelmente se perderam do serviço de armazenamento em nuvem institucional da época, assim como dos portais institucionais em virtude de atualizações. Quanto aos exemplares impressos que estavam arquivados na CCS, ainda não foi possível verificar onde estão arquivados, embora eu tenha acessado alguns que estão disponíveis, de forma avulsa, em certos setores da Reitoria. Esses fatos indicam a necessidade de constituição de práticas, diretrizes e políticas de memória institucional, bem como a constituição de autonomia da infraestrutura de tecnologias da informação e de arquivo.

por pesquisadoras e pesquisadores do IFRR, com publicação por editoras comerciais contratadas pela instituição, ou seja, não foram publicadas pela instituição de forma estrita, mas participam, assim como os outros bens assinalados, do processo de constituição dos seus capitais editoriais.

Outros livros foram publicados nesse contexto, mediante atuação da Coordenação de Publicação (Copub), setor alocado na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propespi) e responsável pela gestão estratégica da produção editorial do IFRR, além da atuação descentralizada dos *campi* da instituição. Até 2021, todos os livros seguiram o padrão citado no parágrafo anterior, com exceção de duas edições do *Caderno de Resumos do Encontro de Iniciação Científica* (Enic) e do *Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* (Enedit), publicadas em 2020 e 2021, e algumas cartilhas, opúsculos, revistas e outros bens editoriais que vieram à público pela instituição, mas sem Número Internacional Padronizado do Livro (ISBN), ficha catalográfica, ficha técnica ou outros elementos editoriais (figura 2).

Figura 2 – Trajetória da política editorial do Instituto Federal de Roraima (2011-2018)



Fonte: material elaborado pelo autor (2025)

Neste momento, as práticas editoriais passarão por outra etapa de mudanças. Ao considerarmos a atuação e a demanda de publicações apresentadas à Propespi, concomitantemente aos debates realizados no Grupo de Trabalho para Assuntos Editoriais do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Forpog), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), fortaleceu-se a necessidade de criação da política editorial em conformidade com os princípios que regem a atuação do IFRR como instituição de educação, ciência e tecnologia pública, gratuita, laica, social e territorialmente referenciada, vislumbrando-se a criação de uma editora.

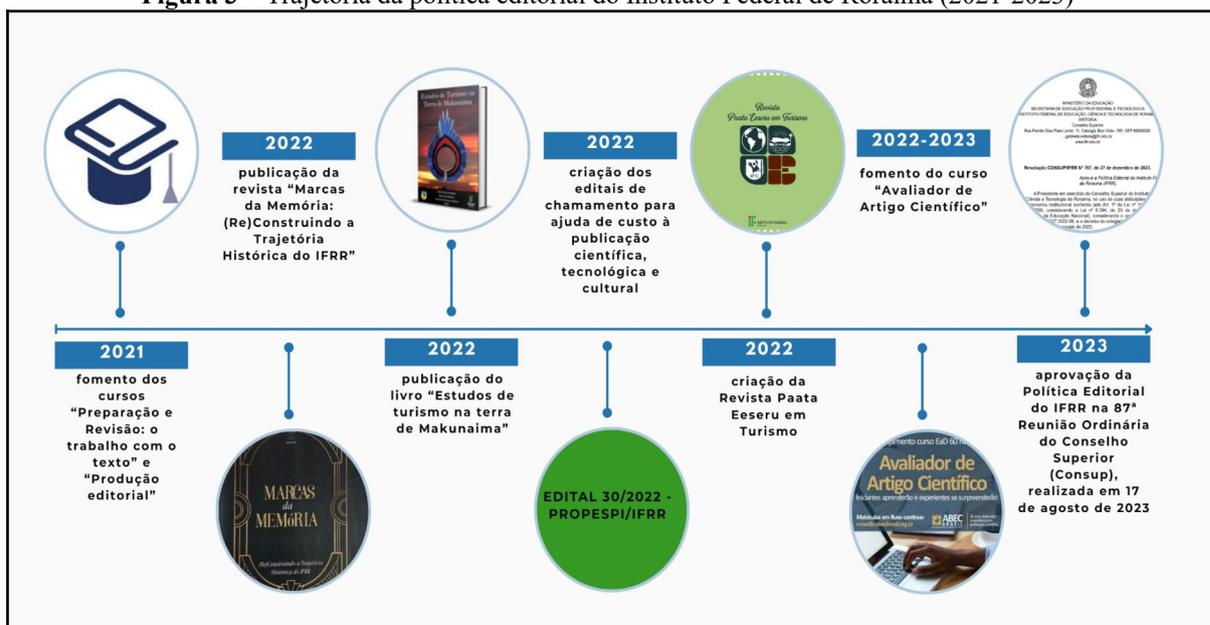
Para isso, a Portaria n.º 1481/2021/GAB/IFRR, de 9 de novembro de 2021, constituiu

uma comissão para elaboração da política editorial. Tomou-se por base o conjunto de discussões e ações já realizadas e registradas em uma minuta de resolução datada de 2017, sobre a qual a comissão trabalhou, incorporando o histórico apresentado e trazendo outros aspectos que originaram a Resolução do Consup/IFRR n.º 767, de 27 de dezembro de 2023, por meio da qual, além de outras providências, foi instituído o Conselho Editorial e criado o selo editorial IMENUKA – Edições do IFRR, cuja marca, elaborada pela programadora visual Simone Moreira e escolhida por meio de consulta pública, está em processo de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

Paralelamente à elaboração da política editorial, promovemos ações de capacitação em dimensões da produção editorial para servidores da instituição e, ao avaliarmos a importância de as publicações serem realizadas pelo próprio IFRR, tendo em vista garantir a realização dos serviços e etapas que não puderem ser assumidos pela instituição, como a diagramação, em virtude de restrições técnicas ou de pessoal, criamos editais de Ajuda de Custo à Publicação Científica, Tecnológica e Cultural, que têm sido a ação específica adotada, até o momento, para o fomento à participação e publicação de estudantes, egressos e servidores em eventos científicos e em periódicos científicos de alto impacto e para o melhor controle da instituição sobre o seu processo editorial de livros.

O primeiro livro dessa fase foi a obra *Estudos de Turismo na Terra de Makunaima* (figura 3), organizada por Leila Marcia Ghedin, Karla de Oliveira e Luciana de Souza Vitório, resultado da produção científica “da segunda turma do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis, ofertado pelo *Campus* Boa Vista no período de 2018 a 2020”, o qual “tem sua história ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Tecnologia, Educação e Cultura (GEPTTEC)” e “surgiu como resultado de uma pesquisa de demanda realizada pelos pesquisadores do grupo supracitado, que buscava ofertar novos cursos no eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer” (Ghedin; Oliveira; Vitório, 2022, p. 5). Atualmente, a página de *e-books* do IFRR possui 27 obras disponibilizadas, as quais refletem, em grande medida, cada uma das fases que vimos descrevendo.

Figura 3 – Trajetória da política editorial do Instituto Federal de Roraima (2021-2023)



Fonte: material elaborado pelo autor (2025)

Destacamos também a seleção da Prof.^a Dr.^a Leila Ghedin para atuar como supervisora editorial na Coordenação de Publicação durante o ano de 2024 e a criação de mais dois periódicos: a *Revista Paata Eeseru em Turismo*, em 2022, e o *Caderno ENIC-ENEDTI* (2024), oriundo da conversão da publicação dos resumos de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), ambos fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de *e-book* para periódico, após a avaliação de que este formato possui maior aderência aos propósitos desse bem editorial.

Figura 4 – Trajetória da política editorial do Instituto Federal de Roraima (2024- ...)



Fonte: material elaborado pelo autor (2025)

Com a posse do Conselho Editorial, biênio 2024-2026, vislumbramos a abertura de outra etapa na trajetória editorial do IFRR, orientada por uma política que a um só tempo respeita e honra a caminhada institucional e coloca outros caminhos que se abrem sobre os caminhos já trilhados, no esforço de constituir uma equipe que possa consolidar o selo IMENUKA – Edições do IFRR como uma editora que venha, no futuro próximo, atuar como um setor sistêmico da instituição (figura 4).

III

A posse do Conselho Editorial é importante para a garantia da qualidade e da integridade das publicações do IFRR, trazendo-nos a responsabilidade na curadoria e na orientação de nossas publicações. Embora reconheçamos que a política editorial resultante da trajetória apresentada tem reconhecidos elementos avançados, como a garantia de

participação de representantes dos estudantes no Conselho Editorial, não há ilusão de que seja perfeita, de que resolverá todos os problemas institucionais no campo da editoração e divulgação científica, técnica e cultural, e de que, portanto, será imutável. Ao contrário, ansiamos pelo seu contínuo aperfeiçoamento, em consonância com nossa realidade e com nossas práticas, de forma a fortalecer o protagonismo do IFRR na divulgação científica e no acesso ao conhecimento acadêmico.

É aqui que a atuação de cada conselheira e conselheiro vai ganhando os contornos de sua responsabilidade, dimensão e função estratégica. Embora haja uma espessura histórica da atuação editorial do IFRR, é preciso que reconheçamos que, mesmo na Rede Federal, temos ainda um espaço de possibilidades e de experiências a percorrer e a ampliar. Isso não se desvincula do contexto em que estamos, uma vez que Roraima possui um campo editorial muitíssimo incipiente, no qual se espera de nós uma relevante atuação, ao mesmo tempo em que podemos aprender, contribuir e encontrar outros agentes com quem possamos caminhar. Isso nos leva a refletir sobre as oportunidades e os desafios que devemos assumir, que envolvem aspectos objetivos e subjetivos, elementos internos e externos à instituição, além de questões situacionais e conjunturais. Em março de 2018, Conceição Evaristo disse que era preciso questionar as regras que a fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos. Em entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro (2018, s.p), a escritora mineira afirmou que:

[...] as histórias de exceção devem ser lidas para se pensar a regra. Que regras são essas da sociedade brasileira para vermos uma mulher virar um expoente no campo da literatura só aos 71 anos?

Enquanto você vê outras expoentes na literatura que às vezes são meninas com idade para serem minha neta, mas como vêm de um grupo social diferenciado do meu, são mais jovens, são brancas, têm sua competência logo revelada?

Por que a minha competência está sendo tão tardiamente reconhecida? (...) É preciso questionar essas regras e dinâmicas sociais, culturais e econômicas que tornam tudo muito mais difícil para as pessoas negras.

Devemos assumir essa exortação como desafio também nosso, questionando as regras e dinâmicas sociais, culturais e econômicas destacadas por Conceição Evaristo para que possamos, em nosso trabalho editorial, criar possibilidades de reconhecimento, em nosso próprio meio, de todos aqueles expoentes que enfrentam interdições impostas pelas regras e dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que limitam o direito à literatura e à produção científica, artística e cultural dos diferentes sujeitos que exercem suas particulares habilidades de conhecer consonantes aos contextos interativos e às sensibilidades locais (Ingold; Kurtilla, 2018) dos territórios atualmente ocupados pelo Estado de Roraima, mormente indígenas, negros, populações e comunidades tradicionais, migrantes, camponeses, pessoas com deficiência (PcDs), povos de terreiro, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não binários, além de outras identidades e orientações sexuais e de gênero (LGBTQIAPN+)....

Distintas questões advêm dessa reflexão. Seis indagações iniciais são pertinentes ao debate:

- (1) Como lidar com a especificidade da configuração institucional *multicampi*, de maneira que ela seja usada para o fortalecimento da política editorial e não como pretexto para a adoção de práticas de cismogênese que fragmentem a produção editorial do IFRR?
- (2) Como assentar na execução da política editorial do IFRR a riqueza de dimensões e níveis de educação, ciência e tecnologia em que atuamos, bem como dos registros

informais da gestão editorial?

- (3) Quais mecanismos construir para fomentar a pluricurricularidade nos bens editoriais produzidos, de maneira a garantir o respeito a diferentes línguas, linguagens, conhecimentos e tecnologias, integrando práticas, diretrizes e políticas em diferentes escalas e ordens?
- (4) De que maneira refletir sobre os espaços de possibilidades e de experiências abertos em relação a gêneros e formatos dos bens editoriais produzidos?
- (5) Como garantir a participação social no processo de produção e reprodução da política editorial do IFRR?
- (6) Como lidar, interna e externamente, com as regras e dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que atuam no campo editorial de forma a contribuir para a eliminação das assimetrias de classe, de gênero, de etnia, de raça, de sexualidade e das que se abatem sobre pessoas com deficiência ou neurodivergentes?

Durante toda sua vida, o escritor Albert Camus (1913-1960) manteve a prática de realizar anotações em cadernos. Muitas dessas anotações eram retomadas em seus romances, peças e ensaios. Em uma delas, ele escreveu o seguinte:

Meu Deus, você tem a opinião de seu jornal matinal. Eu tenho a opinião do mundo. Você pensa com L'Écho de Paris e eu penso com o mundo. Quando ele brilha, quando o sol rebenta, eu tenho vontade de amar e beijar, de me espalhar nos corpos como nas luzes, de tomar um banho de carne e de sol. Quando o mundo fica cinza, fico melancólico e cheio de afeto. Eu me sinto melhor, capaz de amar a ponto de me casar. Tanto num caso como no outro, isso não tem importância. (Camus, 2014, p. 14).

Em Roraima, esse mundo é composto por sujeitos humanos e não humanos que compõem uma “diversidade diversa” (Loureiro, 2019) oriunda das águas, beiras e beiradas, campos, cidades, florestas, lavrados, ruas, serras, terreiros e demais espaços amazônicos e suas relações com o sistema-mundo. O IFRR relaciona-se com esses sujeitos e é composto por trabalhadoras e trabalhadores da educação, ciência e tecnologia em suas diferentes vertentes e em seus diferentes níveis. Quer sejamos bolsistas, quer conselheiros, quer dirigentes, quer estagiários, quer estudantes, quer gestores, quer prestadores de serviços, quer servidores efetivos, quer temporários, quer aposentados, quer trabalhadores terceirizados, quer representantes da comunidade, e todas essas gentes que se importam ou que são afetadas pela atuação institucional, nossa atuação envolve produzir e reproduzir conhecimento, cultura e tecnologia por meio da apropriação de bens editoriais produzidos por outras pessoas e instituições e pela produção de nossos próprios bens editoriais. Por isso, a implantação da política editorial e a atuação de cada conselheira e conselheiro editorial requer produzir mais e melhores bens editoriais, levando-nos a pensar com o mundo em suas medidas e desmedidas também.

As questões colocadas neste texto não esgotam a discussão que apresentamos, mas indicam alguns caminhos necessários para arrancarmos a imaginação social das amarras que a colonizaram e que têm nos impedido de alcançar formas concretas de liberdade social. É evidente que o Campo Editorial em Roraima requer a realização de estudos mais sistemáticos e baseados na crítica reflexiva das condições sociais em que os problemas sociais e epistemológicos se constituem e se colocam nesse espaço social e no conjunto de estruturas e da ação de seus agentes. A partir desses estudos, é possível posicionar melhor o IFRR como

um microcosmo desse campo social, bem como na feitura de uma história crítica da instituição, à qual este ensaio se alinha como tentativa que se dá no processo e que tanto não possui uma resposta dada antes quanto a resposta que oferece depois é de caráter provisório.

Em diversos momentos, tenho a sensação de que, no IFRR, estamos sendo constantemente instados pela burocracia solucionista e pelo paradigma mecânico-químico-genético-algorítmico a adotarmos um trabalho sisífico em busca de maneiras de transformar torradeiras em satélites. Contudo, essa vulgata do empreendedorismo, da inovação e da tecnologia esquece que o chocalho do xamã é um acelerador de partículas e que a folha do caimbé é áspera e pode desbastar toda essa empáfia para que possamos concretizar o *sonho de Sailormoon*⁶.

⁶ Estou matutando a ideia de um paradigma mecânico-químico-genético-algorítmico a partir da leitura de um artigo de Ricardo Theophilo Folhes e Danilo Araújo Fernandes (2022), no qual discutem políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia, e de observações registradas ao longo de minha experiência em diferentes espaços de produção e discussão de ciência e tecnologia. É possível que essa ideia seja mais bem desenvolvida em algum texto futuro. A citação sobre o chocalho do xamã ser um acelerador de partículas foi tomada de Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 490) e, a partir dela, cheguei à folha da *Curatella americana* L., o caimbé, espécie abundante nos lavrados dos territórios atualmente ocupados pelo Estado de Roraima, para provocar o olhar para nossas demandas manifestas e potencialidades arraigadas. Waly Sailormoon foi o pseudônimo sob o qual Waly Salomão escreveu o livro *Me Segura Qu'Eu Vou Dar um Troço*, publicado em 1972 (Salomão, 2014). Citado na segunda parte deste ensaio, o sonho de Sailormoon é comungado neste ensaio como um manifesto para pensarmos outras maneiras de moldarmos as realidades sociais e de vivermos “entre-diversas-realidades”.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Cristian Bianchini de. **Albert Camus, pensador da história entre o absurdo e a revolta**: sobre os (não) sentidos da história na reflexão estético-filosófica camusiana (1937-1951). 2023. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, p. 6975, 26 set. 1909. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Regulamento – 67.º Prêmio Jabuti (2025)**. Disponível em: <<https://www.cbbservicos.org.br/servicos/premio-jabuti/inscricao/regulamento-premio-jabuti.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CAMUS, Albert. **A desmedida na medida**. Tradução Raphael Araújo e Samara Geske. São Paulo: Hedra, 2014.

CARNEIRO, Júlia Dias. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Origens, para que as quero? Questões para uma investigação sobre a umbanda. **Religião & Sociedade**. 13/2, jul. 1986. p. 84 -101. Disponível em: <<https://marialauracavalcanti.com.br/2020/01/28/origens-para-que-as-queiro/>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FOLHES, Ricardo Theophilo; FERNANDES, Danilo Araújo. A dominância do paradigma tecnológico mecânico-químico-genético nas políticas para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia. **Papers do NAEA**, v. 31, n. 1, Edição 540, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/12993/90240>>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FONSECA, Igor Ferraz da. et al. A desconstrução organizada da política florestal no Brasil: estratégias de desmantelamento e de resistência. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: Ipea, 2023. p. 125-155.

GHEDIN, Leila Marcia; OLIVEIRA, Karla de; VITÓRIO, Luciana de Souza. (Org.). **Estudos de turismo na terra de Makunaima**. Boa Vista: GEPTTEC/IFRR, 2022.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo**: uma nova história da humanidade. 1. ed. Trad. Denise Bottman, Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das

Letras, 2022.

INGOLD, Tim; KURTTILA, Terhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa. **Campos - Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 169–182, 2018. DOI: 10.5380/cra.v19i1.55908. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/55908>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Resolução CONSUP/IFRR nº 767, de 27 de dezembro de 2023**. Aprova a Política Editorial do Instituto Federal de Roraima (IFRR). [2023]. Disponível em: <<https://antigo.ifrr.edu.br/acessoinformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2023/resolucao-n-deg-767-2023-conselho-superior>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO PRÓ LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 6. ed. São Paulo: IPL, 2024. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JLEIVA CULTURA & ESPORTE. **Boa Vista**: Cultura nas capitais. São Paulo: JLeiva Cultura & Esporte, 2025. Disponível em: <<https://culturanas capitais.com.br/wp-content/uploads/2025/07/Capitais-%E2%80%94-Boa-Vista.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: uma diversidade diversa. **Amazônia Latitude**, 10 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.amazonialatitude.com/2019/04/10/cultura-amazonica-uma-diversidade-diversa/>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NIELSENIQ BOOKDATA BRASIL. **Produção e vendas do setor editorial brasileiro**: ano base 2024. S.l, abr. 2025. Disponível em: <https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2025/05/PeV_anobase_2024_imprensa_vff.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

OLIVEIRA, Joelma Fernandes de; GHEDIN, Leila Marcia; SILVA, Silvana Menezes da. Núcleo de Publicação no Instituto Federal de Roraima: análise de resultados e aprendizados (2006-2024). **ABEC Meeting**, São Paulo, p. 1-6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2024.242>. Disponível em: <<https://ojs.abecbrasil.org.br/abec/article/view/242>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PIMENTEL, Aldenor da Silva. O que é que há? Uma análise do sistema literário de Roraima a partir de três tendências da literatura estadual. **Revista Igarapé**, Porto Velho, RO, v. 17, n. 2, p. 23-33, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/8446/2782>>. Acesso em: 23 jul.

2025.

SALOMÃO, Waly. **Poesia total**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SCHLEDER, Ewaldo. Alvissaras, Sailormoon! **Rascunho**, Curitiba – PR, ed. 48, abr. 2004. Disponível em: <<https://rascunho.com.br/ensaios-e-resenhas/alvissaras-sailormoon/>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Edvaldo Pereira da. Editorial. **Norte Científico**, Boa Vista, v. 1, n. 1, s. p., jan./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/norte_cientifico/article/view/23>. Acesso em: 17 jul. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios antropológicos**. São Paulo: Cosac; Naify, 2002.